
ADRIANO DUARTE RODRIGUES

Universidade Nova de Lisboa

Para Uma Sociologia Fenomenológica da Experiência Quotidiana

117

Partindo da distinção entre saber científico e os saberes que os actores sociais investem na sua vida quotidiana, este artigo procura definir a constituição de uma sociologia fenomenológica como quadro susceptível de dar conta dessa experiência. Multiplicidade dos mundos da experiência, estabelecimento do mundo comum e do mundo próprio, perfil da

identidade, sentido da interacção social, desencontros dos quadros que delimitam o horizonte da experiência própria, regularidades e regras processuais de constituição do mundo comum, relação entre experiência e experimentação, são algumas das questões julgadas pertinentes para a constituição de uma sociologia fenomenológica da experiência quotidiana.

Uma das características principais da experiência quotidiana é o facto de se tratar de um domínio constituído por um conjunto de saberes que se ignoram, que se dão como naturais e indiscutíveis. Ao contrário do saber científico, os saberes que os actores sociais e os agentes individuais integram na sua experiência quotidiana possuem dois aspectos aparentemente contraditórios, embora intimamente associados: são, por um lado, o resultado de um trabalho específico relativamente longo de naturalização, mas, por outro lado, obliteram este trabalho, votando-o ao esquecimento, a uma espécie particular de amnésia. É por isso que, apesar de serem saberes que se ignoram, revelam-se ou traem-se ⁽¹⁾ constantemente numa grande diversidade de manifestações da dimensão prática da experiência. O saber científico, por seu lado, resulta da indagação explícita das suas razões e mantém-se indiscutível enquanto for possível

(1) Utilizo aqui o termo de "traição" em dois sentidos complementares: no sentido em que dizemos que o rubor da face trai os sentimentos de alguém, que, no entanto, se esforça por os esconder ou de que pode nem sequer se dar conta, e no sentido em que dizemos que a revelação destes sentimentos atraiçoa a estratégia de camuflagem desses sentimentos.

proceder, de maneira explícita, à sua verificação e validação. É também por isso que o saber científico é transmissível através de processos de explicitação discursiva, ao passo que os saberes da experiência quotidiana se transmitem ou se traem, não tanto pelo discurso, mas pela observação e por processos empáticos que se desenrolam, a um ritmo relativamente lento, através da convivência e da interação social. Gilbert Simondon vê, inclusive, nesta distinção entre saber discursivo e saber empático o critério fundamental da distinção entre as duas modalidades de tecnicidade, a do artesão e a do engenheiro (Simondon, 1989: 85-112). Enquanto a aquisição do saber científico depende do rigor conceptual e discursivo, podendo inclusive contradizer a experiência imediata, ao revelar racionalmente aspectos que a contradizem, a aquisição dos saberes inerentes à experiência quotidiana, tal como a aprendizagem dos saberes inerentes às técnicas artesanais, não depende fundamentalmente do esforço de conceptualização e da competência discursiva do mestre, mas de processos empáticos e de mecanismos intuitivos que se vão desenrolando, pela experiência que o convívio do aprendiz com o mestre confere. É este o sentido que nos leva, por exemplo, a afirmar, parafraseando aliás um ditado popular, que “quem vive não pensa e que quem pensa não vive”. De facto, pensar, estudar, observar a experiência quotidiana são procedimentos que equivalem inevitavelmente a tomar distância, por parte do sociólogo ou do antropólogo, em relação à experiência concretamente vivida, situando-a em relação a uma lógica que lhe é exterior e por vezes antagónica, procedimentos que acarretam por isso inevitavelmente suspeitas de traição por parte dos actores concretos envolvidos pela sua própria experiência vivida.

Este desfasamento e este hiato entre a experiência vivida e a sua tradução racionalmente expressa não são apenas próprios da relação que o estudioso estabelece com a experiência quotidiana. Encontramo-los igualmente, e antes de mais, na própria relação que os agentes individuais e os actores colectivos estabelecem com a sua própria experiência quotidiana, relação que se apresenta como uma “douta ignorância”, dando a ver mais do que aquilo que sabem efectivamente dizer e explicitar. A sabedoria inerente à experiência jurídica, por exemplo, é particularmente clarividente acerca deste hiato entre a competência do agente para agir e a sua competência para reflectir e

enunciar as razões da sua própria acção, ao considerar que “ninguém é juiz na sua própria causa”.

É também por esta razão que as ciências sociais, sobretudo desde os meados do século XIX, se esforçam por tomar distância em relação à maneira como os agentes individuais e os actores colectivos se referem à sua experiência quotidiana concretamente vivida. A experiência quotidiana poderia, na melhor das hipóteses, ser compreendida (“Verstehen”) a partir de procedimentos empáticos que pressupõem a capacidade de o observador se colocar no lugar do observado, mas jamais poderia vir a ser racionalmente justificada (“Erklären”), à semelhança do que acontece com a ciência dos fenómenos da natureza. Só a poderíamos explicar racionalmente se constituísse um mundo objectivável, exterior ao nosso próprio mundo subjectivo. Para a podermos explicar racionalmente teríamos, por conseguinte, de poder adoptar procedimentos racionais de objectivação, autónomos não só em relação à maneira como os indivíduos se investem na sua própria experiência concreta, mas também ao modo como o investigador se implica nos fenómenos que investiga. Só poderíamos obter um saber objectivo se pudéssemos explicar racionalmente as manifestações da experiência, formular as regras causais susceptíveis de explicar cabalmente as acções e os discursos que os indivíduos formulam e realizam no decurso da vida quotidiana, regras gerais e universais que se distinguem radicalmente dos quadros singulares e particulares em que os actores e os agentes situam a sua experiência concreta.

Esta dicotomia da sociologia clássica entre regras objectivas e experiência subjectiva é fundadora da exigência de ruptura entre estes dois tipos de saberes: entre, por um lado, o saber científico, discursivo, geral e universal, e, por outro lado, os saberes concretos e singulares, historicamente situados, que os agentes e os actores investem na sua própria experiência vivida.

Proceder a uma sociologia da experiência quotidiana equivale, por conseguinte, a adoptar uma destas duas posturas: ou pressupomos a formulação de protocolos de ruptura para com os saberes dos agentes e dos actores ou partimos de pressupostos racionalmente justificados que ultrapassem as suspeitas em relação a esses saberes. O primeiro pressuposto é próprio das *sociologias objectivistas*, das sociologias que postulam a constituição de uma ruptura das estruturas objectivas de explicação em relação

às experiências concretas da vida quotidiana dos agentes e dos actores. O segundo pressuposto orienta as *sociologias fenomenológicas*, as sociologias que pretendem descortinar, na própria multiplicidade das experiências singulares dos actores e dos agentes, figuras recorrentes que regulem o sentido das acções e dos discursos da experiência quotidiana concreta. É esta segunda via que preferimos seguir ⁽²⁾.

A primeira grande diferença desta perspectiva em relação ao pressuposto das sociologias objectivistas tem a ver com a própria definição de realidade. Enquanto a convicção espontânea de que existe um único universo e uma única realidade é aceite sem questionamento pelos sociólogos objectivistas, a perspectiva fenomenológica parte precisamente do desmentido que a própria experiência fornece desta unicidade da realidade.

A realidade para o leitor de um romance de ficção científica, que relata por exemplo histórias espantosas de discos voadores ou de marcianos, é incomensurável com a realidade de que o condutor tem experiência ao volante do seu automóvel, ainda que, ao volante do seu carro, possa estar simultaneamente mergulhado imaginariamente em experiências fabulosas de viagens planetárias difundidas pelo auto-rádio, a viver com o seu companheiro de viagem uma experiência amorosa ou um conflito profissional. Quando nos sentamos numa sala de espectáculos, o mundo que nos preparamos para enfrentar é completamente diferente e, em grande medida, contraditório em relação àquele que acabámos de deixar do outro lado da porta. O professor que enfrenta os seus alunos numa sala de aulas situa a sua experiência num mundo diferente daquele que acabou de deixar no gabinete, no metropolitano ou em sua casa. Cada um de nós vive efectivamente numa multiplicidade de mundos, por vezes de sentido contraditório, quer sucessiva, quer simultaneamente. O que é mais impressionante ainda é o facto de habitualmente não parecermos confundir as regras que definem as possibilidades, a pertinência e a veracidade de cada um destes mundos vividos. Podemos de facto viver intensa e realmente o mundo criado pela visão de um filme ou pela leitura de um romance sem por isso perdermos completamente o sentido do mundo à nossa volta. Ainda que possamos perder momentaneamente a noção das regras que regulam a realidade que nos rodeia, ao deixarmos envolver totalmente, por exemplo, pela experiência do

⁽²⁾ Para maior aprofundamento desta perspectiva, ver Goffman, 1991.

mundo ficcional, nem por isso deixamos de continuar a saber que, em qualquer momento, podemos regressar à realidade posta entre parênteses. É este saber, em certo sentido segundo, que temos da possibilidade de voltar às regras que regulam a realidade de outros mundos da experiência virtual, que constitui a própria natureza da experiência vivida, vigiando em permanência os limites do seu próprio sentido.

A não coincidência da multiplicidade de mundos vividos que os diferentes actores e os diferentes agentes envolvidos numa determinada interacção experimentam em simultâneo ou sucessivamente não é uma experiência excepcional. Embora possa estar na origem de conflitos e ambivalências de difícil solução, é esta não coincidência que permite, com maior ou menor sucesso, permanentes e por vezes ousadas associações, transposições e modalizações da realidade. As situações humorísticas e os rituais oferecem abundantes exemplos destas modalizações da realidade. O nu que o pintor ou o médico têm diante de si não é o corpo erótico de uma mulher nua mas um modelo pictórico que o pintor se esforça por representar ou que o médico procura inspecionar em ordem a estabelecer o diagnóstico de eventuais disfunções patogénicas. Entre a dimensão erótica, a dimensão estética ou a dimensão terapêutica podem, portanto, gerar-se transposições que definem sentidos inesperados da experiência. Estas transposições da realidade são, por conseguinte, independentes da materialização física da experiência e resultam de procedimentos análogos aos da *applicatio* retórica clássica. É por isso que, noutra dimensão, não confundimos a simulação do ritual do casamento no teatro ou no cinema com a experiência do casamento efectivamente realizado no quadro de um ritual religioso ou de um ritual civil, embora tanto a simulação como o ritual efectivamente realizado possam apresentar idênticas manifestações materiais. A simulação das manifestações amorosas pode ser tão bem feita que o destinatário dessas manifestações pode nem sequer se dar conta das marcas da simulação. Aliás, as marcas da simulação podem não ser completamente apagadas mas modalizadas de tal modo que só um observador advertido, a quem a expressão dessas marcas seja dirigida, as possa perceber e entender.

Embora as regras processuais que definem a pertinência e a veracidade da realidade precedam a experiência vivida, a sua actualização exige a geração de regras de procedimento no próprio momento em que uma interacção se

estabelece. É de facto necessário que o desenrolar da interacção se situe à partida dentro de um quadro preexistente, constituído por regras processuais, e que os intervenientes reconheçam este quadro com suficiente clareza para que um mundo comum se constitua e dê sentido às acções e aos discursos que trocam entre si. Para que haja reconhecimento das regras preexistentes à interacção não é, no entanto, necessário que os quadros da experiência a que os intervenientes se referem sejam totalmente coincidentes, que todos situem as interacções recíprocas em relação a um mesmo mundo comum da experiência. Um dos interlocutores pode levar a sério as palavras humorísticas do outro, reconhecendo por isso de maneira desadequada o mundo de referência daquilo que lhe é dito. Uma rapariga pode pensar que pertence a um mundo humorístico o galanteio que um rapaz lhe dirige, no entanto, de maneira apaixonada. Um elogio sincero pode ser reconhecido como uma manifestação insincera ou vice-versa. O acordo acerca dos mundos referenciados não é, por conseguinte, uma exigência de reconhecimento da sua manifestação. Mesmo que os mundos referenciados não coincidam, verificando-se, por conseguinte, desadequação quanto à realidade e à pertinência dos elementos que os integram, os indivíduos não podem deixar de postular o reconhecimento de um mundo prévio comum e de serem capazes de o justificar a partir de pretensões legítimas fundamentadas na ostensão de experiências análogas já anteriormente vividas. É por isso que o desenrolar da interacção compreende muitas vezes um trabalho de progressiva e laboriosa constituição de uma comunidade de realidades referenciadas, que vá acertando o sentido das manifestações com o sentido das percepções, definindo progressivamente a realidade e a pertinência dos elementos que o integram.

Mas o estabelecimento de um mundo comum não se limita a constituir o quadro do sentido ou a definir as razões da experiência vivida; além de conferir sentido ao desenrolar das acções e dos discursos que os indivíduos trocam entre si, define igualmente a identidade dos papéis que representam. É, efectivamente, no espaço da sala de aula que o professor e os alunos, além de se submeterem às regras que definem a realidade e a pertinência daquilo que dizem ou fazem, se tornam efectivamente professores e alunos, adquirindo os seus estatutos recíprocos. É no quadro da relação que estabelecem entre si que o comerciante e os

clientes adquirem o estatuto de comerciante e de clientes, na medida em que uns e outros geram e aceitam as regras processuais próprias da interacção que estabelecem no decurso da relação situada no espaço da loja e durante o tempo em que dura a relação recíproca entre eles. Os passageiros tornam-se passageiros no quadro da relação que estabelecem uns com os outros e com a empresa transportadora, durante a viagem e no espaço do autocarro ou do metropolitano.

A cada uma destas relações corresponde efectivamente um mundo próprio, com as suas regras específicas e uma realidade distinta. Podem, por isso, esperar-se determinadas acções e determinados discursos da parte do professor no espaço e no tempo que delimitam o quadro da interacção do professor com os alunos, acções e discursos que seriam impossíveis, incompreensíveis, inaceitáveis e inesperados por parte do comerciante, do passageiro do metropolitano ou do médico, mesmo que se tratasse de um mesmo indivíduo situado no quadro de experiências distintas. A expectativa e o reconhecimento são, por conseguinte, duas componentes imprescindíveis da experiência.

A delimitação da experiência do quotidiano não se confunde, por isso, com a delimitação do domínio da experiência individual: um mesmo indivíduo desempenha efectivamente uma grande diversidade de experiências e uma mesma experiência é habitualmente partilhada por um grande número de indivíduos. O professor pode ser também pai, passageiro de um transporte público, automobilista, cliente, vizinho, jogador de ténis, membro de um partido político, actor de teatro, paciente e uma infinidade de outras coisas.

A multiplicidade de quadros que definem a experiência dos indivíduos está na origem de uma das mais importantes e radicais diferenças entre a experiência da vida quotidiana e a sua representação ficcional. Enquanto a personagem no teatro ou o protagonista do romance dão a ver totalmente a sua identidade no decurso do seu desempenho, nada mais havendo para ver para além daquilo que dão a ver no decurso do seu desempenho (*performance*) e dentro dos limites do quadro da cena, não se confundindo obviamente com a identidade do actor que a representa, os indivíduos inseridos na multiplicidade de quadros que definem a vida quotidiana nunca esgotam, nas suas manifestações, a totalidade dos papéis que desempenham nem dão, por

consequente, a ver totalmente a sua identidade. Esta distinção tem a ver com o facto de os quadros que situam a vida quotidiana serem por definição abertos, ao passo que os quadros construídos para situarem a representação ficcional são circunscritos pelas fronteiras que delimitam o espaço construído das materialidades de suporte da ficção. Os limites do livro, o rebordo do palco, a moldura da tela, as demarcações do feixe luminoso da película cinematográfica são exemplos destas materialidades que constroem um espaço onde as identidades dos papéis, da experiência dos actores e dos agentes se dão a ver totalmente. Para além daquilo que a película, o romance ou a representação teatral mostra dentro do espaço demarcado por estas fronteiras, não há mais nada a ver nem a saber. Na experiência da vida quotidiana passa-se exactamente o contrário. Nenhum dos intervenientes numa interacção pode estar certo de que aquilo que lhe é dado a ver ou de que aquilo que vê é tudo aquilo que há para perceber, não só porque os seus limites estão constantemente sujeitos a transformações, transposições, alargamentos ou retraimentos, mas também porque nunca estamos certos da correcta identificação das suas fronteiras. Na vida quotidiana, os quadros estão em permanente deslocação, tal como o horizonte se vai deslocando diante dos nossos olhos à medida que progredimos na nossa caminhada. Esta distinção marca os limites da comparação entre a vida social e a representação teatral. Ao contrário daquilo que os sociólogos objectivistas poderiam ser levados a pressupor ou a implementar, não é a vida social que é feita à semelhança da representação teatral; é antes a representação teatral que é feita à semelhança da vida social, jamais podendo representar cabalmente a multiplicidade das perspectivas, a infinidade dos horizontes, a complexidade dos processos e dos procedimentos que constituem a experiência da vida quotidiana.

Algumas destas identidades podem ser mais ou menos permanentes, definindo o perfil de uma identidade constante, ao passo que outras são transitórias e ocasionais. As experiências que um indivíduo faz enquanto filho, cidadão, pai, médico, comerciante, operário, estudante, são relativamente permanentes, ao passo que as experiências de passageiro de um avião ou do metropolitano, cliente de uma boutique, são ocasionais, não definindo de maneira permanente uma identidade indiscutível.

Uma das características mais interessantes dos quadros

que definem o sentido da experiência e delimitam o seu espaço é o facto de poderem a qualquer momento ser violados. Uma senhora que aparecer com um pijama numa recepção mundana produz um efeito específico inerente a um processo de ruptura de quadro. O aluno que fala do jogo de futebol da véspera em vez de responder à pergunta sobre a matéria viola as expectativas criadas pelo quadro formado pela pergunta do professor e produz, assim, novos efeitos de sentido da interacção que estabelece com o professor. Mas, no espaço da representação ficcional, o actor que, da boca da cena, se dirige aos espectadores ou fala com a personagem que ele próprio representa não viola necessariamente o quadro da experiência teatral, mas explora as virtualidades de sentido que a própria clausura dos quadros que delimitam o mundo da representação teatral comporta. De igual modo, o pintor que pinta na madeira da moldura da tela ou na parede que cerca o quadro ou o romancista que interrompe a trama narrativa para se dirigir directamente ao leitor ou que põe uma das personagens a fazê-lo são exemplos de violação das regras do enquadramento da representação que utilizam, com maior ou menor sucesso, as próprias possibilidades desse enquadramento. A natureza destes processos de violação dos quadros da representação ficcional não é, por conseguinte, idêntica à natureza dos processos de violação dos quadros da experiência quotidiana. Enquanto os primeiros jogam, por vezes de maneira irónica, com as limitações inerentes ao enclausuramento dos quadros que delimitam a representação da experiência, tentando dar a ver os próprios limites que impõem ao trabalho da representação, os segundos estão intimamente associados à própria experiência vivida e são, portanto, inerentes às próprias virtualidades da abertura ilimitada da realidade.

Os agentes e os actores sociais partem normalmente do pressuposto de que as marcas que definem o quadro da interacção em que uns estão envolvidos são idênticas às que definem o sentido da interacção dos outros parceiros. Mas há inúmeros exemplos que parecem contrariar este pressuposto. São conhecidos os casos excepcionais da experiência vivida pelos “apanhados” pela “câmara invisível”. Os intervenientes em experiências desta natureza não se referem nem obedecem todos obviamente às mesmas regras. A situação em que se encontram os intervenientes ingênuos é habitualmente regulada por regras completamente

desajustadas às regras de representação espectacular propositadamente criadas pelos comparsas. Mas os desajustamentos propositadamente encenados entre as regras pressupostas pelos intervenientes ingénuos e as regras invocadas pelos comparsas não são uma situação extraordinária. Estes casos só são possíveis porque acontecem espontaneamente nas mais diversas situações da vida quotidiana, tanto nas esferas que dizem respeito às relações de trabalho e de camaradagem, nas que estabelecemos no quadro estrito das relações institucionais, como nas que se desenvolvem no quadro das relações mais íntimas e informais. O professor que se dirige a um aluno que o olha insistentemente ao longo da aula e pensa estar a ser seguido com uma atenção constante e interessada pode nem sequer suspeitar que o aluno não está a ouvir sequer uma palavra da lição, mas a sonhar com o jogo de futebol que viu na véspera ou a pensar na escolha do filme que tenciona ir ver à noite. O namorado que aperta nos braços a namorada com ternura pode nem suspeitar que a namorada situa esta experiência no quadro de uma experiência do passado vivida com outra pessoa. A interpretação que um pai faz da submissão do filho a uma ordem sua pode ser completamente desajustada à estratégia dissimulada do filho para conseguir um aumento da mesada ou para obter a permissão de sair à noite.

Estas discrepâncias e desencontros dos quadros da experiência que dão sentido à realidade vivida podem gerar saborosos equívocos e ser muitas vezes traídos por manifestações imprevistas. Tornam, no entanto, problemática a pertinência da realidade a que se referem os intervenientes numa interacção social e a comunidade do sentido do mundo em que a situam. Aquilo que torna pertinente um quadro de referência para uns pode revelar-se incompreensível ou até insensato para os outros.

A constituição das regras processuais⁽³⁾ que enquadram a experiência concretamente vivida define uma competência específica e resulta da identificação de regularidades no desenrolar dos acontecimentos da vida natural e da vida social. O facto de nos habituarmos a ver o Sol nascer todos os dias do mesmo lado do horizonte ou de sabermos que um objecto pesado cai habitualmente na vertical são regularidades inerentes às leis que regem o desenrolar de

⁽³⁾ Para a distinção entre processo e procedimento, ver por exemplo Habermas, 1987: 41-42.

acontecimentos da natureza que nos rodeia e em que estamos inseridos. Ao reconhecimento de leis físicas desta natureza está associada uma competência para agir que nos define como seres inseridos no mundo natural. Mas a nossa experiência não está apenas confinada aos quadros do mundo natural. Compreende igualmente uma grande diversidade de outros mundos que são regidos por regras que regulam as interacções sociais, o desenrolar de acontecimentos associados à acção e à expressão humanas, definindo competências específicas que actualizamos no seio da comunidade dos homens. O facto de ao saudar alguém esperarmos ser correspondidos com uma saudação permite-nos, não só interpretar esta correspondência como um sinal adequado a esta expectativa, mas também compreender a ausência de resposta como um eventual sinal de inimizade. Ao contrário da identificação das leis físicas que regulam o desenrolar dos fenómenos do mundo natural, o reconhecimento das leis que regem o desenrolar das interacções sociais está sujeito a desfasamentos inerentes, não só à identificação dos processos, mas também dos procedimentos adoptados pelos intervenientes na interacção. Posso, efectivamente, desconhecer a razão pela qual um objecto plana no espaço em vez de cair na vertical, por se situar no vácuo, aplicando-se neste caso leis físicas que ignoro. Mas o facto de a minha saudação não ser correspondida de acordo com as regras das boas maneiras, além de também poder ser obviamente explicada por razões inerentes a regras processuais, como, por exemplo, a surdez do meu interlocutor, o facto de não me ter visto ou ouvido, pode também ser explicada por razões inerentes às regras que regulam um procedimento do meu interlocutor, tais como, por exemplo, o seu mau humor, o facto de não me querer dirigir a palavra ou de me querer evitar. Enquanto as regras processuais são físicas e, por conseguinte, independentes da intenção dos intervenientes na interacção, as regras inerentes aos procedimentos fazem intervir as estratégias, os objectivos visados e as expectativas associadas aos comportamentos adoptados. O desajustamento quanto à percepção das primeiras é de natureza completamente diferente do desajustamento quanto à percepção das segundas. Uma coisa é pretender partilhar a percepção das cores de um quadro com alguém privado de vista, outra completamente diferente é pretender que a melhor maneira de pintar o mesmo quadro consiste em utilizar a técnica da aquarela, do óleo ou do

pastel. Enquanto a desadequação das regras processuais se traduz numa impossibilidade física de partilhar com alguém a mesma realidade, o desencontro quanto aos procedimentos a seguir para a manifestação da realidade traduz-se numa impossibilidade estratégica. A solução da primeira exige a adopção de regras processuais alternativas que traduzam o mundo de referência, como no caso da adopção da escrita em Braille, que permite converter a percepção visual da escrita numa percepção táctil. A solução do segundo não exige a adopção de novas regras processuais, mas um entendimento quanto aos procedimentos estratégicos a seguir, como no caso de dois pintores que se põem de acordo quanto à maneira de representar um determinado motivo numa tela comum.

A experiência da vida quotidiana, embora possa integrar saberes adquiridos através de procedimentos experimentais, não se confunde, no entanto, com estes procedimentos. Compreender a autonomia da experiência em relação à experimentação é aliás a pedra de toque de uma fenomenologia da experiência que dê conta da contradição entre o processo de naturalização e a obliteração da memória desse processo. Só a pessoa experiente tem a competência suficiente, não só para adequar o seu discurso e a sua acção a novas situações não experimentadas, mas também para compreender adequadamente o discurso e a acção observada. Adequar o comportamento adoptado e compreender adequadamente um comportamento observado consiste, antes de mais, na sua integração dentro das fronteiras que delimitam os quadros pertinentes do sentido. Embora a aquisição desta competência possa exigir um tempo mais ou menos longo de experimentações, o seu domínio exige a possibilidade da sua aplicação a novas situações vividas que ainda não foram experimentadas. Assim, por exemplo, o médico experiente é aquele que, perante quadros nosográficos novos é capaz, extrapolando aliás um longo processo de experimentações, de proceder a um diagnóstico correcto e a uma intervenção terapêutica adequada. Um pianista só é um virtuoso experiente a partir do momento em que, depois de um período mais ou menos longo e esforçado de ensaios, dá da sua interpretação uma percepção naturalizada, obliterando a natureza esforçada da sua preparação. ■

**Referências
Bibliográficas**

- Goffman, Erving 1991 *Les cadres de l'expérience*. Paris, Minuit (ed. original, *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, 1974).
- Habermas, Jürgen 1987 *Théorie de l'agir communicationnel*. Vol 1: *Rationalité de l'agir et rationalisation de la société*. Paris, Fayard.
- Simondon, Gilbert 1989 *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris, Aubier.